

Antes do Oeste Catarinense: aspectos da vida econômica e social de uma região¹

Before the West of Santa Catarina: aspects of an economic and social life of a region

Augusto da Silva²
Adenilson da Rosa³

Resumo: O artigo analisa aspectos sociais e econômicos da região conhecida como Oeste Catarinense entre o final do século XIX e 1930. Com base em inventários *post mortem* e outras fontes, busca-se estabelecer algumas aproximações históricas sobre a demografia, a posse e a propriedade de terras, as atividades produtivas, as relações de trabalho e outros traços da vida social e privada nessa região.

Palavras-chave: Oeste Catarinense, Paraná, Campos de Palmas, colonização, região.

Abstract: This article analyzes the social and economical aspects of the place known as the West of Santa Catarina from the late 19th century to 1930. Based on *post-mortem* inventories and other sources, it seeks to establish some historical approaches on demography, land occupation, productive activities, work relations, and other traits of social and private life in this region.

Keywords: West of Santa Catarina, Paraná, Campos de Palmas, colonization, region.

Os anos 1916 e 1917 demarcaram um momento de inflexão na história do que hoje denominamos região Oeste Catarinense. O fim da Guerra do Contestado (1916), a assinatura do Acordo de Limites entre os Estados de Santa Catarina e do Paraná (1916), a criação do município de

¹ O artigo é resultado, com algumas modificações e inserções, do Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História do acadêmico Adenilson da Rosa, intitulado *Antes do Oeste Catarinense: economia e sociedade*, apresentado em 2004, na UNOCHAPECÓ. Agradecemos a leitura crítica e as sugestões feitas por Juçara Nair Wolff no texto. As ideias e informações nele contidas são de inteira responsabilidade dos autores.

² Professor adjunto de História da Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: augusto@ufs.br.

³ Licenciado em História pela Universidade Comunitária Regional de Chapecó – UNOCHAPECÓ. E-mail: adenilson.hist@ibest.com.br.

Chapecó (1917) e, ainda nesse mesmo ano, o início de uma política sistemática por parte do governo catarinense de colonização do Oeste com famílias oriundas, em sua grande maioria, de descendentes de imigrantes europeus das “velhas colônias” do Estado do Rio Grande do Sul,⁴ trouxeram, com efeito, mudanças significativas na história da região nas décadas seguintes.

Sabemos, todavia, que essa região se encontrava já povoada de grupos sociais (indígenas e não indígenas), atraídos pela extração da erva-mate ou das madeiras, pela criação de gado ou por outra atividade qualquer que aquele espaço pudesse oferecer como forma de sobrevivência.⁵

Com relação ao ingresso do colonizador europeu nessa região onde hoje é o Oeste Catarinense, não se tem notícia que tenha havido ali aldeamentos indígenas organizados pela Companhia de Jesus nos séculos XVII e XVIII. Todavia, pode-se dizer que esse espaço territorial constituía-se senão como área de atuação (extração da erva-mate e criação de gado, por exemplo) pelo menos como área de influência das missões que existiram no seu entorno – Guairá, Tapes, Sete Povos e outras estabelecidas a ocidente dos rios Paraná e Uruguai –, todas vinculadas à Diocese de Assunção no Paraguai. Ao longo do século XVII, atraídos por essas aldeias, vieram também os bandeirantes paulistas para capturar os indígenas e vendê-los como escravos nos mercados coloniais americanos.

Além disso, esse espaço podia servir, e de fato serviu, posteriormente, como refúgio àqueles que buscavam, por algum motivo, escapar ao controle do estado, sobretudo nos momentos críticos, como foi o caso da Revolução Federalista (1893-1896) e da Guerra do Contestado (1912-1916).

A organização econômica, social e cultural desses diferentes grupos deve ser compreendida na lenta e complexa relação entre as formas

⁴ Ver PIAZZA, Walter F. **A colonização de Santa Catarina**. [s.l.]: BRDE, 198-. p. 218-227; RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. 2 ed. Chapecó, SC: Argos, 2006, p. 31-49, dentre outros.

⁵ Pesquisas arqueológicas mostraram que a região das bacias dos rios Paraná e Alto Uruguai foi habitada por grupos indígenas de tradição cerâmica e pré-cerâmica há milênios de anos. Costuma-se identificar no período pré-colonizatório três grandes grupos étnicos nesse amplo espaço: os Guarani, os Kaingang e os Xokleng. Ver, a esse respeito, o trabalho de DMITRUK, Hilda B. Ocupação pré-colonial do oeste catarinense. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, SC, n. 23, p. 99-148, 2006; e D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do oeste catarinense. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, SC, n. 23, p. 265-343, 2006.

tradicionais de vida dos antigos moradores com as mudanças que se apresentaram – sobretudo a chegada dos novos colonos – a partir daquele marco histórico referido (1916-1917).⁶ O uso da terra e seus bens naturais, as relações de trabalho, o comércio, a estruturação da família e da sociedade, além de todo o sistema de práticas culturais e mítico-religiosas que ordenavam a vida daquelas pessoas, têm de ser percebidos num tempo mais longo, de lentas transformações, que se constituíram na segunda metade do século XIX e subsistiram nas primeiras décadas do século XX.

A frágil presença do poder estatal nesse espaço em todas as suas esferas (política, fazendária, comunicação, segurança, saúde, educação e justiça) comprometia o ideal de segurança (tanto interna quanto externa) e de unidade nacional pensados por Getúlio Vargas. Por isso, em 1943, ele mandou criar o Território do Iguçu, que abrangia, grosso modo, o oeste dos Estados do Paraná e de Santa Catarina.⁷ Com efeito, somente depois da extinção do referido Território, em 1946, é que os dois Estados da federação empreenderam políticas mais abrangentes e eficazes de expansão dos seus órgãos e agentes naquele sertão.

O objetivo deste artigo é de avançar na compreensão de como se organizavam social e economicamente os grupos que viveram nessa região do final do século XIX a 1930, aproximadamente. Antes, porém, de passarmos à análise do nosso objeto, convém esclarecer melhor o que vem a ser esse espaço-tempo subjetivado *Antes do Oeste Catarinense*.

Costuma-se identificar como região Oeste de Santa Catarina o território equivalente à área de jurisdição político-administrativa do município de Chapecó, quando de sua criação, em 1917, ou seja, o chamado Velho Chapecó, que tinha por limites: o município de Cruzeiro (atual Joaçaba), no Leste; a República da Argentina, no Oeste; o Estado do Paraná, no Norte; e o Estado do Rio Grande do Sul, no Sul. Mas as *regiões* são construções históricas. As pessoas, de uma maneira geral, costumam naturalizar a ideia de região como simples desdobramento do espaço geográfico. É na dinâmica da vida social dos homens, é nas disputas pela imposição de valores e interesses, sobretudo pelo controle e uso da natureza,

⁶ Ver a esse respeito os trabalhos de RENK, Arlene. **A luta da erva**, op. cit., e **Narrativas da diferença**. Chapecó, SC: Argos, 2004.

⁷ Sobre essa questão, ver, sobretudo, LOPES, Sérgio. **O Território do Iguçu no contexto da “Marcha para o Oeste”**. Cascavel, PR: Edunioeste, 2002.

que os grupos territorializam o espaço, constroem as fronteiras, estabelecem a toponímia e configuram as regiões.⁸

Geógrafos, sociólogos, historiadores, economistas, antropólogos, vêm refletindo sobre os usos da noção de *região* como um suporte de análise objetiva de seus campos de saber. Ainda que cada qual venha a reforçar suas especificidades no que se poderia chamar de “luta das classificações” ou “luta das representações”, como observou Pierre Bourdieu, “ninguém poderia sustentar que existem critérios ‘naturais’ em regiões ‘naturais’, separadas por fronteiras ‘naturais’”.⁹ Tanto os discursos regionais ou regionalistas (voltados para a constituição da identidade de uma região) quanto os discursos acadêmico-científicos (voltados para descrever e conceituar as relações regionais) recolhem da *realidade* alguns sinais duradouros e homogêneos de determinada dimensão espaço-temporal, mas não deixam de, ao mesmo tempo, construir essa mesma *realidade* que procuram designar.

Jacques Revel, a respeito da história da França, mostra-nos o longo e complexo processo de produção do território unificado sob o controle de um soberano.¹⁰ Ainda que se trate de um tempo distinto (séculos XIII ao XIX), a problemática colocada é a mesma. As viagens do soberano (no nosso caso, do governador) pelo território e o conhecimento e domínio do espaço por meio da estatística e da cartografia foram instrumentos a serviço do poder nesse processo.

Embora o Acordo de 1916 tenha definido os limites do Estado de Santa Catarina ao Oeste, a denominação *Oeste Catarinense* passou a ser usual entre a elite política e intelectual fixada na costa litorânea, provavelmente não antes da famosa viagem do governador Adolfo Konder

⁸ Ver entre outros: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998 (capítulo V); MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec, 1987; AMADO, Janaína. *Região, Sertão, Nação. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 15, p. 145-151, 1995; e LINHARES, Maria Yedda. *Região e história agrária. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 15, p. 17-26, 1995.

⁹ BOURDIEU, **O poder simbólico**, op. cit. p. 114.

¹⁰ REVEL, Jacques. *Conhecimento do território, produção do território: França, séculos XIII-XIX*. In: _____. **A invenção da sociedade**. Lisboa: DIFEL, 1989. p. 103-158.

Reis e sua comitiva, pela região, em 1929.¹¹ O próprio Othon Gama D’Eça, um dos excursionistas nessa viagem, fazia um alerta sobre aquela população “desnacionalizada”, dizendo que pareciam “homens de raças diferentes, de tradições alheias e apenas ligadas por frágeis liames políticos que qualquer contingência desfaz e arrebenta”.¹² De fato, a identificação da população local como sendo do *Oeste Catarinense* é um processo ulterior, marcado mais pela alteridade do que pela filiação identitária a uma Santa Catarina insistentemente litorânea. Torna-se inclusive difícil saber qual o sentido de pertencimento das pessoas que viviam nesse espaço no início do século XX e em tempos anteriores. Quem era ele ou ela? Catarinense? Paranaense? Morador dos Campos de Palmas ou de outra localidade específica?

Na documentação analisada pós-1916, como se verá a seguir, os habitantes se diziam moradores de Pesqueiro, Colônia Militar de Chapecó, São Domingos, Abelardo Luz, Santo Antônio do Lajeado Bonito, Taquarussu, Passo Bormann, entre outros lugares. Do ponto de vista institucional, a cartografia do século XIX e princípio do XX sugere certa vagueza e indeterminação daquele espaço, ao apontar as denominações de “sertão inóspito”, “sertão desconhecido”, “sertão de curitibanos”, “Campos de Palmas e territórios contíguos” e outras;¹³ para a Argentina, pelo menos no século XIX, poderia ser – e assim alguns a consideravam – *Província de Misiones*. As classificações poderiam variar muito, segundo o grupo e a posição social e institucional dos indivíduos.

¹¹ Sobre essa viagem foram produzidas três crônicas: D’EÇA, Othon Gama. **Aos espanhóis confinantes**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1992; COSTA, Arthur Ferreira da. **Oeste catharinense – visões e sugestões de um excursionista**; e BOITEUX, José Arthur. **Oeste catharinense – de Florianópolis a Dionísio Cerqueira**. As duas últimas foram publicadas em edição fac-similar no livro: **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina – documentos e leituras**, organizado pelo Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina/CEOM (Chapecó, SC: Argos, 2005). Incluso neste livro estão dois interessantes artigos interpretativos sobre a Viagem, que são: RENK, Arlene. O conhecimento do território: a Bandeira de Konder, p. 109-127; FLORES, Maria Bernardete Ramos, SERPA, Élio Cantalício. A hermenêutica do vazio: fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao Oeste de Santa Catarina, p.129-153.

¹² D’EÇA, **Aos espanhóis confinantes**, op. cit. p. 108.

¹³ Ver, por exemplo: “Esboço do mappa dos Campos de Palmas e territórios contíguos, por Tito Alves de Brito (1843)”, que integra o Catálogo digital de cartografia da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Disponível em: <<http://catalogos.bn.br/>>. Acesso em: 26 jan. 2010); “Mapa do Estado do Paraná, por Eng. Militar Alberto Ferreira de Abreu e outros (1896)”, contido em: BARRADAS, Joaquim da Costa. **Ação originária de reivindicação sobre limites Territoriais entre os Estados do Paraná e Santa Catharina**. Rio de Janeiro: Typ. e Lith. Olympio de Campos, 1902.

Mas como nos aproximar desse passado se tão raros são os vestígios deixados por esses grupos? A história e a tradição orais poderiam ainda nos auxiliar nessa investigação; assim também serviriam a arqueologia, o estudo da cultura material, os relatos de alguns poucos viajantes e de militares que incursionaram pela região, e outras fontes disponíveis.¹⁴

A opção metodológica que fizemos aqui, dentro dos limites dessa pesquisa, mas esperando poder contribuir para os estudos sobre a história dessa região, foi de analisar algumas fontes ainda pouco, ou nada, exploradas pelos pesquisadores que se debruçaram sobre o tema. Destacamos, principalmente, o uso dos inventários *post mortem* produzidos pelo Fórum de Chapecó, relativos ao período de 1917 a 1930.¹⁵ Muito embora essa periodização não coincida com a totalidade do momento histórico que nos propomos trabalhar, é possível, por meio desse tipo de documentos, retroceder no tempo. A morte nos remete ao passado.

O inventário consiste na descrição individual e pormenorizada dos bens (móveis e imóveis), assim como também das dívidas ativas (os créditos) e passivas (os débitos), que a pessoa acumulou ao longo de sua vida e que ela possuía no momento de sua morte. Consiste num registro feito por autoridade pública, com valor para se definir o que caberá, por partilha, aos legítimos herdeiros, após honrados os débitos com os

¹⁴ Importantes estudos já foram realizados nesse sentido. Para citar alguns, ver, por exemplo, RENK, **A luta da erva**, op. cit., sobretudo o capítulo “A ocupação do oeste catarinense”; DMITRUK, op. cit.; POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In: CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE - CEOM. **Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de CEOM**. Chapecó, SC: UNOESC, 1995, p. 149-256; MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Guaíra, s/d. Contudo, carecemos ainda de pesquisas históricas sobre essa região, nos séculos XVIII e XIX, feitas com base em investigações mais exaustivas nos arquivos do Paraná, de São Paulo e do Rio de Janeiro.

¹⁵ No momento da pesquisa, tais inventários encontravam-se em um depósito do Fórum, sem qualquer organização e catalogação segundo as normas da Arquivística. A numeração que referenciamos aqui, ao citá-los, remete à numeração que o processo recebeu no momento de sua produção. Utilizamos também na pesquisa alguns processos judiciais existentes no mesmo Fórum. A Comarca de Chapecó foi criada em 1917. Precisaríamos verificar se existem inventários produzidos pela Comarca de Guarapuava ou de Palmas para períodos anteriores.

credores.¹⁶

Muitas das pessoas inventariadas nesse período estavam estabelecidas nessa região há longo tempo. Esse foi o caso, por exemplo, de José Rodrigues Taborda, falecido em 1919, no lugar denominado Pesqueiro. Na sua certidão de casamento consta que havia se casado em 1892, na Colônia Militar de Chapecó, e era natural de São Paulo.¹⁷ Algumas delas haviam, inclusive, falecido em anos anteriores e só foi possível fazer o inventário e executar a partilha dos bens entre os herdeiros com a chegada do juiz, a partir de 1917.

Mas nenhuma fonte histórica é completa e plenamente objetiva. As fontes revelam alguns aspectos da realidade e ocultam outros; carregam inevitavelmente a subjetividade, as intenções e desejos, conscientes ou não, dos produtores do documento. Se quisermos saber algo sobre essa vasta parcela da população, sobre as pessoas comuns, que entram na história como indivíduos apenas nos registros cartoriais, tais documentos tornam-se, assim, importantes meios de acesso. Os inventários constituem-se em ricas fontes para a história, não só da vida privada (descrição das condições da vida material, dos valores dos bens, das relíquias, *causa mortis* etc.), mas, se considerados em série, também da sociedade e da economia em um tempo específico; e ainda, se tomados ao longo do tempo, podem mostrar evoluções ou involuções dos patrimônios, curvas de preços, atividades econômicas que se desenvolveram ou que desapareceram, dentre outros aspectos. Por outro lado, é muito pouco provável que tais fontes nos informem algo sobre os indígenas e sobre os grupos mais marginalizados social e economicamente, que, muito embora tenham deixado bens

¹⁶ Sobre a utilização dos inventários *post mortem* como fontes históricas ver: DAUMARD, Adeline. **História social do Brasil: teoria e metodologia**. Curitiba: Ed. UFPR, 1984, p. 176-179; FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina (orgs). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 93-118; BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 36 e 37; MAGALHÃES, Beatriz Ricardina et al. Evolução da economia e da riqueza na Comarca do Rio das Velhas – Capitania de Minas Gerais, 1713-1763. In: **10º Seminário sobre economia mineira**, Diamantina, Cedeplar, 2002. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D04.PDF>>. Acesso em: 26 jan. 2010.

¹⁷ Inventário de José Rodrigues Taborda (inventariante: Valeriana Theodora de Lima), n.177, Livro n. 01, cx. 14, fl. 11, ano 1919, Fórum de Chapecó/SC. É comum os inventários e processos judiciais trazerem anexados documentos como recibos de pagamentos, certidões, registros civis, entre outros.

materiais e imateriais partilhados coletivamente, não aparecem nos inventários judiciais.

Quantos eram? De onde vinham?

Quantas pessoas viviam no final do século XIX e nas três primeiras décadas do século XX nessa região que se tornou o Oeste Catarinense? Impossível chegar a números precisos. Pelas próprias características do povoamento, de caráter mais espontâneo do que oficial e apartado das instituições estatais, tornava-se muito difícil saber quantas famílias viviam ali, ainda que o governo não estivesse alheio a elas. A Guerra do Contestado (1912-1916) mostrara, entre outras coisas, que havia um número considerável de homens, mulheres e crianças vivendo naquele sertão.

O recenseamento feito em 1872 pelo governo imperial registrou 3.301 pessoas, sendo 273 escravas, vivendo na Freguesia do Senhor Bom Jesus dos Campos de Palmas.¹⁸ Mas qual seria a circunscrição territorial dessa unidade administrativa? Depreende-se, dos quadros censitários, que essa freguesia dividia, junto com a de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, a comarca e o município de Guarapuava, vinculados à Província do Paraná. Provavelmente servindo como base da divisão administrativa do Império, acompanha o censo o *Atlas do Império do Brasil* de 1868.¹⁹

Gostaríamos de fazer duas observações a respeito da jurisdição dos Campos de Palmas representada nos mapas das províncias do Paraná e de Santa Catarina, que reproduzimos ao final do texto. Primeiro, que os Campos de Palmas, ou essa extensa faixa de terra compreendida entre os rios Iguaçu e o Alto Uruguai, estão paradoxalmente incluídos nos mapas como jurisdição de ambas as províncias, muito embora no texto introdutório ao *Atlas* conste definido que o limite Sul da Província do Paraná seja o Rio

¹⁸ Cf. “Quadros Geraes – Recenseamento da população do Império do Brasil a que se procedeu no dia 1º de agosto de 1872 [Província do Paraná]”. In: **Recenseamento Geral do Império de 1872**. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1876. Disponível em CD-ROM editado pelo CEBRAP. Para a Freguesia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava constavam 5.161 pessoas, dentre as quais 576 escravas.

¹⁹ “Atlas do Império do Brasil compreendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiásticas, eleitoral e judiciárias dedicado a Sua Magestade o Imperador D. Pedro II...”, organizado por Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro, 1868. In: **Recenseamento Geral do Império de 1872**, op.cit.

Iguaçu e o limite Oeste da Província de Santa Catarina seja a Argentina;²⁰ segundo, os dois mapas sugerem que os Campos de Palmas constituíam uma comarca em separado tanto para a Província do Paraná, de número V, quanto para a de Santa Catarina, de número VI. Entretanto, podemos observar que, nos *boxes* internos desses dois mapas, onde se relacionam as comarcas de cada província, a comarca dos Campos de Palmas não consta incluída em nenhum deles.

Verificando os quadros censitários de Santa Catarina, o município considerado mais a oeste foi o de Conceição de Curitibanos, formado por duas freguesias, a de Nossa Senhora da Conceição de Curitibanos e a de São João de Campos Novos. Percebe-se no mapa que aquela está sob a jurisdição da comarca de Lages e esta, fora, na mesma circunscrição administrativa dos Campos de Palmas. Tais contradições já evidenciavam a dúvida e contenda, resolvida só no Acordo de 1916, a respeito de a qual das duas províncias essa ampla região deveria pertencer.

Seja como for, até 1916 todos os registros de terras, de nascimentos, de casamentos e de outros serviços cartoriais, nas localidades que depois passaram a pertencer ao município de Chapecó, eram realizados na comarca de Palmas. Na certidão de casamento de Maria Rita Virgínia de Almeida, por exemplo, consta que firmou o matrimônio “em 31 de janeiro de 1916, neste distrito de Passo Bormann, Comarca de Palmas, Estado do Paraná.”²¹

O censo de 1872 traz outros dados importantes sobre a população dos Campos de Palmas. As 3.028 pessoas livres foram assim classificadas:

²⁰ No mapa geral do Império, que abre o *Atlas*, é essa a divisão administrativa que aparece.

²¹ Certidão de casamento junto ao Inventário de Antônio Barbosa de Jesus (inventariante: Maria Rita Virgínia de Almeida), n. 126, livro 01, cx. 16, fl. 8, ano 1919, Fórum de Chapecó/SC.

Quadro 1

Quadro geral da população livre de Campos de Palmas - PR, considerada em relação ao sexo, estado civil, religião, raça, nacionalidade e instrução

Sexo		Estado Civil						Religião				Casas/ Fogos
H	M	H			M			H		M		
1612	1416	St	Cs	Vv	St	Cs	Vv	Ct	Ac	Ct	Ac	440
		1104	457	51	981	379	56	1612	-	1416	-	

Obs.: H = homens; M = mulheres; St = solteiros; Cs = casados; Vv = viúvos; Ct = Católicos; Ac = acatólicos

Raças								Nacionalidade				Instrução			
Homens				Mulheres				Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
brancos	pardos	pretos	caboclos	brancas	pardas	pretas	caboclas	Brasileira	Estrangeira	Brasileira	Estrangeira	Sabem ler e escrever	Analfab.	Sabem ler e escrever	Analfab.
806	316	92	398	765	299	64	288	1600	12	1409	7	418	1194	215	1201

Fonte: **Recenseamento Geral do Império de 1872**. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1876. Disponível em CD-ROM editado pelo CEBRAP.

No primeiro recenseamento da República (1890), a população para o já município de Palmas passou para 7.068 habitantes.²² Um aumento significativo de 114% em 18 anos. Aumento esse que se justifica, em parte, pela instalação das Colônias Militares de Chapecó e de Chopim, em 1882.²³

Segundo Walter Piazza, a população de Santa Catarina antes do Acordo de 1916 era de 560.000 habitantes; após o Acordo passou para 600.000 habitantes. Ou seja, estimava-se a população da área incorporada ao estado, em 1916, de aproximadamente 40.000 pessoas.²⁴ O censo de 1920 inclui nos quadros estatísticos o recém-criado município de Chapecó, estimando sua população em 11.315 habitantes, dentre os quais, 543

²² DIRETORIA Geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil de 1890 - Synopse do Recenseamento de 31.12.1890**. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898. A população de Guarapuava somava 12.547 pessoas. Também disponível em CD-ROM editado pelo CEBRAP.

²³ BOUTIN, Leônidas. Colônias Militares na Província do Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba, v. XXXIII, 1977, p.37.

²⁴ PIAZZA, A **colonização de Santa Catarina**, op.cit. p. 252.

estrangeiros (441 argentinos, 68 paraguaios, 12 italianos, 8 uruguaios, 5 alemães, 3 turcos, 3 poloneses, 1 austríaco, 1 espanhol e 1 suíço).²⁵ O número expressivo de argentinos e paraguaios na região evidencia não só a permeabilidade das fronteiras entre o Brasil e esses países vizinhos, mas também, os interesses econômicos (principalmente a erva-mate e a madeira) desses grupos na região.

Evidentemente, os números apresentados nesses censos – por toda precariedade no sistema de contagem dos indivíduos daquele tempo e por excluírem também os grupos indígenas – devem ser relativizados.

Nos 81 inventários analisados nessa pesquisa²⁶ pôde-se identificar que 25 (31%) dos inventariados eram naturais do Rio Grande do Sul, 16 (20%) de Santa Catarina, 15 (19%) do Paraná, 4 (5%) de São Paulo, 1 do Ceará, 1 de Minas Gerais, 1 de Portugal, 1 da Áustria e 1 da Alemanha, sendo que 16 não declararam a origem. Em outra pesquisa feita com base nos processos criminais do mesmo Fórum, constatou-se que, de 93 pessoas cuja naturalidade pôde ser identificada, 49 (53%) declararam ser do Rio Grande do Sul, 25 (27%) de Santa Catarina, 12 (13%) do Paraná, 1 do Ceará, 1 da Áustria, 2 da Alemanha, 2 da Argentina e 1 do Paraguai.²⁷

Chama a atenção o percentual maior de moradores nessa região naturais do Estado do Rio Grande do Sul. Embora alguns desses homens e mulheres já pudessem fazer parte das levas de migrantes agenciados pelas companhias colonizadoras pós-1917, falecidos logo após a chegada naquelas terras, há que se considerar que muitos deles, como foi dito antes, viviam na região há mais tempo, o que indicaria uma tendência migratória dos colonos rio-grandenses para esse espaço mais antiga.

²⁵ MINISTÉRIO da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil (realizado em 1 de setembro de 1920)**. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1926, v.IV, p. 520. Apud NODARI, Eunice Sueli. **A renegociação da etnicidade no Oeste de Santa Catarina (1917-1954)**. Porto Alegre, 1999. Tese (Doutorado em História). PUC-RS. p. 29.

²⁶ Foram localizados 137 inventários *post mortem* produzidos de 1917 a 1930. Destes, foram utilizados, na pesquisa, 75, sendo que em 6 deles foram inventariadas duas pessoas ao mesmo tempo, totalizando assim 81 pessoas inventariadas. Destas 81 pessoas, 13 foram inventariadas em 1918, 20 em 1919, 10 em 1920, 5 em 1921, 8 em 1922, 4 em 1923, 3 em 1924, 3 em 1925, 2 em 1926, 2 em 1927, 6 em 1928, 3 em 1929 e 2 em 1930.

²⁷ MADELA, Edivandro. **Poder Judiciário e ordenamento social no Oeste Catarinense**. Chapecó, SC, 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (História). UNOCHAPECÓ. As 170 pessoas consideradas fizeram parte como réus, vítimas ou testemunhas de 10 processos criminais abertos entre 1917 e 1930.

“Uma parte de terras de cultura e pastagem...”

Por meio dos inventários identificamos a coexistência de duas formas de ocupação da terra na região: a simples posse, sem titulação, e a propriedade com registro legalizado. A ocupação por posse não foi um caso específico dessa região. De acordo com Ruy Cirne Lima, “Apoderar-se de terras devolutas e cultivá-las tornou-se coisa corrente entre os nossos colonizadores, e [...] com o correr dos anos” passou a ser considerada como “modo legítimo de aquisição do domínio, paralelamente a princípio, e, após, em substituição ao nosso tão desvirtuado regime das sesmarias [...]”. Depois da abolição das sesmarias, em 1822, então,

[...] a posse passou a campear livremente, ampliando-se de zona a zona, à proporção que a civilização dilatava a sua expansão geográfica. Era a ocupação tomando lugar das concessões do poder público, e era, igualmente, o triunfo do colono humilde, do rústico desamparado, sobre o senhor de engenhos ou fazendas, o latifundiário sob o favor da metrópole.

A sesmaria é o latifúndio, inacessível ao lavrador sem recursos. A posse é, pelo contrário – ao menos nos seus primórdios –, a pequena propriedade agrícola, criada pela necessidade, na ausência de providência administrativa sobre a sorte do colono livre, e vitoriosamente firmada pela ocupação.²⁸

Todavia, não demorou muito para que as posses passassem a abranger grandes extensões de terras.²⁹ A Lei n.601 de 1850 e o Decreto n.1.318 de 1854, ainda que reconhecessem a propriedade pela posse com cultura efetiva, cuidaram de corrigir os excessos. Todavia, cuidaram também de evitar uma expropriação em massa, instituindo, pois, a formalidade da legitimação, a ser devidamente solicitada pelos posseiros. Segundo Arlene Renk,

Na freguesia de Palmas, paróquia de Guarapuava, nos anos 1855/6, em cumprimento ao referido decreto, foram realizados oitenta e nove registros de terras. Entre os imóveis registrados constam os de: Campo

²⁸ LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas**. 5 ed. Goiânia: Ed. UFG, 2002. p. 51.

²⁹ *Ibidem*, p.58.

Erê, São Bento, Chapecó, Marco, Hiranin, Goio En, Capoeira, São Joaquim, São Domingos, Campina do Gregório, Chapecozinho, Estrela, Rodeio do Erval, Barra Grande e Norte, que, a partir de 1917, passaram a pertencer a Santa Catarina.³⁰

Apesar da garantia jurídica para a legitimação das posses, alguns posseiros continuaram sem a titulação definitiva das propriedades. Foi o caso de Antônio Ayres que, em 1925, moveu, na abertura do inventário do seu pai, Salvador Ayres de Oliveira, uma ação de usucapião para a legitimação de uma posse de terras em São Domingos, no então distrito de Abelardo Luz. Essa área de terras, de nome Santo Antônio do Lajeado Bonito, segundo ele, havia sido adquirida por seu pai, em 1862, do antigo proprietário, João Carneiro Marcondes, que havia registrado a terra, em 1856, na vila de Guarapuava.³¹

A realização dos inventários (e, sobretudo, o pagamento dos impostos territoriais e custas judiciais do processo) não deixava de ser também uma forma de “regularizar” posses ainda não completamente tituladas. Na relação de bens do falecido Pedro Correa da Silva Lemes constava: “uma parte de terras de cultura e pastagem, situada no lugar de Taquarussú, no distrito de Rui Barbosa, terra essa de *título provisório* da ex-colônia militar de Chapecó, com área de 1.512.500 m².”³² Aos herdeiros de Custódia Maria de Jesus restou “uma posse de matas, *ainda não legitimada*, denominada Chalana, situada no primeiro distrito deste município. Passo Bormann, 10 de abril de 1918.”³³

As aquisições de terras pelos novos – ou mesmo antigos – colonos, a partir de 1917, seguiram os padrões e normas legais não só no que diz respeito à titulação dos registros, mas também às dimensões e limites das propriedades. Se antes era de praxe os registros apresentarem como limites das terras apenas os acidentes geográficos, como rios, matas, açudes etc., ou então – o que era ainda mais comum – fazerem referência apenas aos

³⁰ RENK, **A luta da erva**, op. cit. p. 45.

³¹ Ação de usucapião de Salvador Ayres de Oliveira, junto ao Inventário de Antônio Ayres de Oliveira, n. 2802, Livro n. 2, cx. 03, ano 1925, Fórum de Chapecó/SC. Salvador Ayres faleceu em 1904.

³² Inventário de Pedro Correa da Silva Lemes (inventariante: Gertrudes da Silva Lemes), s/n, cx. 07, ano 1927, Fórum de Chapecó/SC. Grifo nosso.

³³ Inventário de Custódia Maria de Jesus (inventariante: Pedro Pinto), s/n., cx. 03, ano 1918, Fórum de Chapecó/SC. Grifo nosso.

proprietários lindeiros, após 1917 os títulos traziam a demarcação das propriedades com precisão geométrica e topográfica.

Produz-se milho, feijão, açúcar, farinha e muito mais

Segundo Leônidas Boutin, na área da Colônia Militar de Chapecó os moradores plantavam milho, feijão, cana de açúcar, batata e hortaliças. Tais produtos, segundo o autor, destinavam-se ao consumo doméstico e ao abastecimento do exército da Colônia.³⁴ Analisando a documentação podemos constatar que havia também um considerável comércio com outras regiões do país e com o estrangeiro, sobretudo da erva-mate, da madeira e do couro seco.

Antônio Manoel da Rosa, natural da Colônia Militar de Chapecó, possuía uma roça de dois alqueires, avaliada em 300\$000 (trezentos mil réis), onde cultivava milho e feijão. Entre suas dívidas passivas constava a cobrança do comerciante Antônio Manoel da Rosa, com loja no distrito de Xanxerê, por ter-lhe vendido farinha de mandioca, pregos, tecidos, botões, linha, banha, fósforos, caramelos, querosene, rapadura, café, massas, biscoitos, pães, pinga, polvilho e outros produtos.³⁵

Lourenço da Silva Cabral, morador de Campo Erê, possuía uma dívida de 1:646\$320 (um conto, seiscentos e quarenta e seis mil e trezentos e vinte réis) com a firma Pontes & Sobrinho, em Clevelândia, correspondente à compra de diversos produtos, e outra de 141\$700 com Arlindo Schreiner, que lhe cobrava o frete de sua tropa, “de 2.790 quilos de erva mate do Campo Erê ao Barracão”.³⁶ De acordo com Rui Wachowicz, diante do intenso contrabando de erva-mate para a Argentina, tendo como ponto de escoamento a região de Barracão, em 1903, “o governo do Paraná, ordenou instalar na fronteira uma comissão de impostos de exportação”.³⁷

Nos relatórios de governo de Felipe Schmidt (1914-1918), constata-se um crescimento de mais de 170% das exportações de erva-mate do Estado, depois da incorporação da região do Contestado, em 1916. Neste

³⁴ BOUTIN, Leônidas. *Colônias Militares na Província do Paraná*, op. cit. p. 37.

³⁵ Inventário de Antonio Manoel da Rosa (inventariante: Adelina Rosa), n. 136, Livro 1, fl. 8v, cx. 39, ano 1919, Fórum de Chapecó/SC.

³⁶ Inventário de Lourenço da Silva Cabral (inventariante: Brasileira Antunes Cabral), n. 163, livro 1, fl. 10v, cx. 08, ano 1922, Fórum de Chapecó/SC.

³⁷ WACHOWICZ, Rui. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Literotécnica, 1985, p. 69.

ano, os valores exportados somavam 4.977.963 kg; em 1917, passaram para 13.529.308 kg.³⁸ O relatório referente a 1917 destaca ainda as exportações de outros produtos específicos do município de Chapecó, que foram: 2.270 kg de feijão; 31.247 kg de milho; 1.452 kg de farinha de milho; 300 kg de açúcar mascavo; 7.500 unidades de rapadura; 240 litros de água ardente; 452 animais bovinos para corte, 26 para invernar e 2 para criar, além de 10 muares e 2 suínos; 15 kg de crina; 552 kg de couros de boi; 771 kg de peles; 256 kg de toucinho; e 648 metros cúbicos de madeira.³⁹ Além das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, alguns desses produtos eram destinados à Argentina, ao Uruguai, ao Chile e até mesmo aos Estados Unidos (caso dos couros secos).

Embora estejamos tratando de uma produção do ano de 1917, podemos afirmar que essas atividades produtivas – ou, pelo menos, grande parte delas – encontravam-se já estruturadas na região há muito mais tempo. A diferença é que, a partir desse momento, o Estado catarinense passou a intervir e a procurar controlar essa economia, de maneira a coibir o contrabando e arrecadar os tributos.

Os trabalhadores

Como se firmavam as relações de trabalho nessa região? Nas propriedades de terras, é relevante a presença da mão de obra remunerada paga não somente em dinheiro, mas também em mercadorias. Pedro Gomes Castilho relatou em petição os seguintes serviços que havia prestado ao falecido Basílio Antunes de Lara:

Serviço de colheita de feijão, 8\$000; compostura de um paiol, 8\$000; 1 alqueire de roça que dobrei, 8\$000; 1 paiol que fiz, 15\$000; [...] 31 dias de serviço a 2\$500, igual a 77\$500; 10 litros de feijão que colhi, 25\$000; 30 litros de milho que plantei, 6\$000; 39 dias que cuidei da criação, 39\$000; uma casa que fiz, 300\$000.⁴⁰

³⁸ **Relatório apresentado ao Governador Fellipe Schmidt (1917)**. Florianópolis: Estado de Santa Catarina, 1918. p. 259-260. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

³⁹ *Ibidem*, p. 291.

⁴⁰ Inventário de Basílio Antunes De Lara (inventariante: Elutério Francisco Lemes), s/n., cx.25, ano 1921, Fórum de Chapecó/SC.

Em comum acordo com os comerciantes, alguns patrões pagavam seus trabalhadores e peões por meio de ordens de compra, ou vales, para trocarem no comércio local. Lourenço da Silva Cabral assim procedeu com alguns homens que lhe prestaram serviço. Um tal de Aguirre levou uma ordem de 100\$000, Elésio Almeida, uma de 80\$000, o tropeiro João Damana, de 25\$000 e Pedro Rodrigues de 124\$500. Todos descontaram na loja de Arlindo Schreiner. Como Lourenço morreu antes de saldar a dívida, o comerciante cobrou-a na ocasião do inventário.⁴¹

Por meio da análise dos inventários e dos processos judiciais foi possível também identificar algumas profissões em que os indivíduos atuavam, na região, naquele período. Entre as mulheres, era comum a ocupação de doméstica ou de costureira, o que se confirma pela recorrência em que máquinas de costura aparecem nos inventários; já entre os homens, encontramos as profissões de lavrador, agricultor, criador, tropeiro, negociante, industrialista, industrial, comerciante, jornalista, arrastador,⁴² guarda-livros, operário, ferreiro, empregado do comércio, médico, farmacêutico, empregado em serviços domésticos, funcionário público federal, funcionários públicos, inspetor de quartirão, delegado e subdelegado de polícia, praças da guarda municipal, cabos da guarda estadual e intendentos distritais.

De revólveres e cangalhas a finos tecidos de seda

Como se depreende do quadro estatístico de 1872 (Quadro 1), as famílias moradoras na freguesia dos Campos de Palmas eram geralmente numerosas. Se tomarmos o número total da população (3.028 habitantes) pelo número de casas (440), chegaremos ao índice médio de 6,8 pessoas por cada unidade familiar. Isso sem considerar os escravos. A partilha dos bens seguia a legislação do Império – e depois, da República – a esse respeito: depois de saldadas as dívidas do falecido, a meação (50% dos bens inventariados) ficava com o cônjuge sobrevivente e os outros 50% eram divididos entre os filhos herdeiros. Mas isso consistia num problema para algumas famílias, pois o matrimônio e a filiação deviam ser devidamente comprovados oficialmente, o que muitas vezes não se verificava. Certas

⁴¹ Inventário de Lourenço da Silva Cabral (inventariante: Brasiliana Antunes Cabral), n. 163, livro 1, fl. 10v, cx.08, ano 1922, Fórum de Chapecó/SC.

⁴² Provavelmente ofício daqueles que arrastavam as toras de madeira do interior das matas para que fossem conduzidas até o Rio Uruguai.

vezes, a busca desses documentos ocorria justamente durante a realização do inventário. Foi o caso de Christina Alves Conceição, que faleceu em 1910, mas teve o óbito registrado somente em 1919. O registro de nascimento dos seus filhos, nascidos entre 1893 e 1907, ocorreu somente em 1920.⁴³ Em outro caso, uma tal de Lourença, que foi companheira de Dinarte da Rocha, ficou sem herança por não ser casada legalmente com o inventariado.⁴⁴ Tendo em vista a precariedade do controle civil estatal, a vida familiar se estruturava, em princípio, de maneira informal. Famílias como as do casal Pedro Correa da Silva Lemes Filho e Francisca Lemes, que firmaram matrimônio em 1905, já com cinco filhos, o mais velho nascido em 1889, não eram exceção.⁴⁵

A análise dos bens patrimoniais inventariados nos mostra famílias vivendo de forma rústica, mesmo para aqueles que detinham maiores porções de terra, não obstante haver ali, também, a possibilidade das pessoas usufruírem de algum requinte e luxo como, por exemplo, de tecidos finos e outros objetos do lar.⁴⁶

José Julio Farrapo possuía, quando faleceu em 1917, um patrimônio total de 7:560\$000, assim composto: 2 casas de madeira – 2:150\$000; 11 mulas – 1:100\$000; 5 cavalos – 450\$000; 20 ovelhas – 160\$000; 20 porcos – 200\$000; e 180 alqueires de terras em Xanxerê – 3:500\$000.⁴⁷ O valor significativo das mulas em relação, por exemplo, às casas, mostra a importância que esse animal de carga mantinha entre essas comunidades.

As casas, em geral, eram feitas de madeira; em algumas delas até mesmo o telhado era “coberto de tabuinhas”. É interessante indicar que nenhum dos inventários analisados listou as mobílias entre os bens patrimoniais, o que talvez se justifique pelo seu pouco valor numa região em que as madeiras eram abundantes. Já os utensílios domésticos foram relacionados em vários deles. Basílio Antunes de Lara possuía: 5 canecas de

⁴³ Inventário de Christina Alves Conceição (inventariante: Manoel Alves Martins), n. 119, Livro 1, fl. 7v, cx. 32, ano 1919, Fórum de Chapecó/SC.

⁴⁴ Inventário de Dinarte da Rocha (inventariante: poder público), s/n, cx. 12, ano 1922, Fórum de Chapecó/SC.

⁴⁵ Registro de casamento anexado ao inventário de Pedro Correa da Silva Lemes Filho (inventariante: Francisca Lemes), n.120, Livro 1, fl. 7v, cx. 22, ano 1920, Fórum de Chapecó/SC.

⁴⁶ Seria importante uma investigação futura que fizesse uma análise dos bens patrimoniais com base quantitativa mais substancial.

⁴⁷ Inventário de José Julio Farrapo (inventariante: Maria Glória Pacheco), n. 96, Livro 1, fl.06, cx. 14, ano 1918, Fórum de Chapecó/SC.

louça – 3\$000; 6 colheres de sopa – 1\$000; 3 facas – 1\$000; 1 copo de vidro – 1\$000; 6 garfos – 3\$000; 1 facão – 5\$000; 2 foices – 12\$000; 2 machados – 14\$000; 1 balança – 8\$000; 3 panelas – 10\$000; 5 cangalhas – 30\$000; 1 pelego guaíba – 30\$000; 1 boçalete e 1 par de rédeas – 10\$000; 1 bomba de prata – 15\$000; 1 chapéu novo de pano – 15\$000; e 1 balde de zinco – 3\$000.⁴⁸ Basílio Antunes de Lara havia comprado de Simão Manoel de Souza, comerciante de Abelardo Luz, 1 calça de algodão, 1 calça de brim, 2 calças de feitiço, ceroulas, 4 camisas, 1 terno de brim, roupas de criança e 1 poncho; de Domingos Calixto, ele adquiriu 9 metros de xadrez, 8 metros e meio de brim, 3 metros de fustão e 1 par de meias. Outras pessoas relacionaram, entre os seus bens, os tecidos de algodão, morim, riscado, pelúcia, malha, percal, chita, metim, cassineta e seda.

Os moradores adquiriam esses produtos ou no comércio local ou com os caixeiros viajantes que passavam pela região,⁴⁹ ou ainda em outras praças. O já citado Lourenço da Silva Cabral deixou aos seus herdeiros uma dívida de quatrocentos e noventa e quatro *pesos* contraída na casa comercial de José Junes, em Posadas, Argentina. Entre os produtos que comprou havia seda negra e percal.

Além dos objetos de uso pessoal mencionados, era comum as pessoas listarem, entre seus bens de valor: chinelos, botinas, sapatos, alpargatas, tamancos, chapéus, guaiacas, revólveres e facões.

Causa mortis

Numa sociedade iletrada, mística e religiosa – comum nesse sertão profundo –, assentada ainda numa maneira não racionalista de ver o mundo, a morte e o despacho do morto certamente desempenhavam um lugar importante entre os vivos. Segundo estudo de João José Reis, homens e mulheres do século XIX preocupavam-se com a “boa morte”:

As concepções sobre o mundo dos mortos e dos espíritos, a maneira como se esperava a morte, o momento ideal de sua chegada, os ritos que a precediam e sucediam, o local da sepultura, o destino

⁴⁸ Inventário de Basílio Antunes de Lara (inventariante: Eleutério Francisco Lemes), s/n, cx 25, ano 1921, Fórum de Chapecó/SC.

⁴⁹ O próprio Ernesto Francisco Bertaso (1874-1960), antes de se constituir no grande empresário-colonizador de Chapecó, era um caixeiro-viajante.

da alma, a relação entre vivos e mortos – eram todas questões sobre as quais muito se pensava, falava, escrevia e em torno das quais se realizavam ritos, criavam-se símbolos, movimentavam-se devoções e negócios.⁵⁰

Nos documentos que utilizamos aqui, entretanto, não foi possível penetrar nesse universo como desejaríamos.⁵¹ Nos inventários, e principalmente nas certidões de óbito a eles anexadas, pudemos identificar unicamente as causas que levaram à morte de 64 pessoas, das 81 analisadas. Mas tal informação não é destituída de interesse. Ela é importante não só para a história da saúde e da medicina (os tipos de doenças mais comuns e suas classificações naquele espaço-tempo), mas também para a história social.

Quadro 2
Causa mortis indicada em inventários post mortem
da Comarca de Chapecó, 1917-1930

Causa da morte	Nº. de casos	%	Causa da morte	Nº. de casos	%
Sem assistência médica	18	22,22	Inflamação interna	1	1,23
Assassinato	11	13,58	Longa enfermidade	1	1,23
Febre	5	6,17	Gripe espanhola	1	1,23
Vítima de parto	4	4,94	Gripe e pneumonia	1	1,23
Gripe	3	3,70	Pneumonia	1	1,23
Bronquite asmática	3	3,70	Câmara de sangue	1	1,23
Motivo ignorado	2	2,47	Moléstia do fígado	1	1,23
Vítima de paralisia	1	1,23	Morte repentina	1	1,23
Morte natural	1	1,23	Angústia no peito	1	1,23
Tuberculose	1	1,23	Congestão	1	1,23
Bronquite	1	1,23	Lesão cardíaca	1	1,23
Hidropisia	1	1,23	Moléstia no útero	1	1,23
Mordida de cobra	1	1,23	Sem informação	17	20,98
			Total	81	100

Fonte: Inventários *post mortem* da Comarca de Chapecó (1917-1930), Fórum de Chapecó.

⁵⁰ REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil Oitocentista. In: NOVAIS, Fernando A. (dir); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org). **História da vida privada no Brasil (vol. 2 – Império: a corte e a modernidade nacional)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.96. Ver também, do mesmo autor: **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

⁵¹ Uma fonte rica para esse tipo de investigação são os testamentos que, infelizmente, não foi possível encontrar.

O alto índice de homicídios nessa amostra (13,58%) é típico de uma sociedade civil armada e com fraca intervenção das instituições policiais e carcerárias.⁵² Tomando aqui uma característica fundamental do Estado Moderno na definição weberiana, como o “monopólio da força legítima”, podemos afirmar que, no século XIX e primeiras décadas do século XX (senão além), vigorou um policentrismo do poder e, igualmente, da violência.

Fraca também foi sem dúvida a assistência médica prestada aos moribundos (22,22% dos mortos não tiveram assistência alguma). João José Reis considerou, com base no citado censo de 1872, que o número de médicos, cirurgiões, farmacêuticos e parteiras existentes em Santa Catarina e no Paraná era relativamente alto se comparado ao de outras províncias do país.⁵³ Isso bem pode ser verdade; porém, deve-se considerar que a maior concentração desses profissionais estava nas comarcas principais – no caso de Santa Catarina, situadas no litoral.

Considerações finais

Esta pesquisa consistiu num esforço, ainda que tímido, de estabelecer novas leituras e possibilidades de reconstrução de um passado ainda pouco explorado.⁵⁴ A delimitação *Antes do Oeste Catarinense* teve como primeiro objetivo problematizar essa história regional tanto no espaço, ao desconstruir a ideia unidimensional do território, quanto no tempo, ao questionar a noção de que essa história começa a partir de 1916/1917 – o mito das origens, tão valorizado pelo discurso institucional, pelas memórias dos imigrantes e por parte da historiografia regional.

Com base nos inventários e em outros documentos pudemos identificar que, no decorrer do século XIX, homens e mulheres (tratamos aqui especificamente de grupos não indígenas e miscigenados) povoaram a região, oriundos das províncias vizinhas, da Argentina e de outros lugares

⁵² Os índices relativos nessa tabela tendem a apresentarem-se subavaliados, visto que foram calculados pelo total de 81 indivíduos, sendo que bem poderiam ser feitos com base apenas nos 64 de que se sabe a causa da morte.

⁵³ REIS, O cotidiano da morte no Brasil Oitocentista, op. cit. p. 108.

⁵⁴ A ideia de *reconstrução* aqui pressupõe as complexas articulações objetivas e subjetivas entre passado e presente. Ver, entre outros: RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do passado**. Brasília: EdUnB, 2007. (Teoria da História, 2); PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

mais distantes, atraídos pela extração da erva-mate, do comércio de madeiras, ou então por encontrar ali um lugar que lhes propiciasse a simples posse de um chão de terra, à revelia de qualquer controle institucional, para a sua subsistência. Segundo a classificação do censo de 1872, essa população era formada por pessoas livres (brancos, pardos, pretos e caboclos) – 92% – e escravos negros – 8% – aproximadamente. A instalação da Colônia Militar de Chapecó, em 1882, atrairia também muitas famílias para a região.

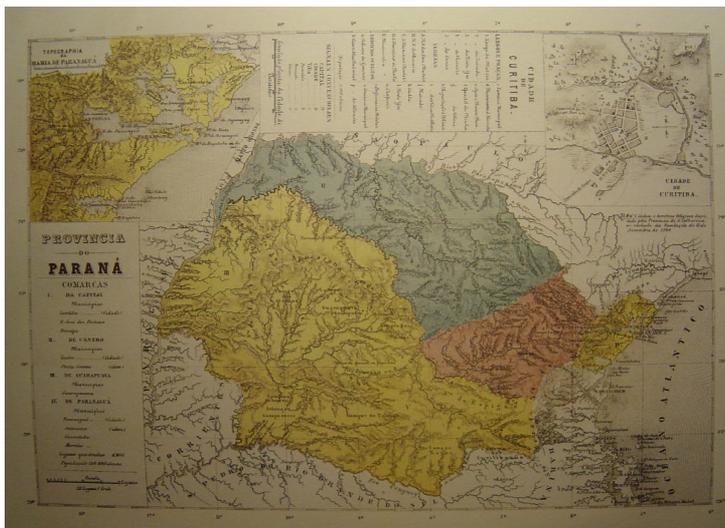
Toda essa dinâmica, aos poucos, foi garantindo a organização de uma sociedade complexa, com lógicas próprias de ordenamento social, cultural e econômico. Verificamos que se ocupavam com diversas atividades produtivas (agrícolas, pecuárias e extrativistas), tanto para a subsistência da família quanto para o comércio local e de longa distância. Vimos também que algumas lojas comerciais abasteciam essas pessoas de toda sorte de produtos básicos para uso diário pessoal e da casa, assim como também de objetos mais requintados como os tecidos finos, dentre outros.

A criação do município e comarca de Chapecó, em 1917, forçou a institucionalização dessa sociedade: regularização das posses de terras; registros de nascimento, casamento, óbito; inventários; assim como a instauração dos processos judiciais para as querelas civis e criminais. A partir desse mesmo ano, o ingresso de muitas famílias de imigrantes, agenciadas pelas empresas colonizadoras, traria também alterações substanciais na história da região, em todos os seus aspectos. Em sintonia com o projeto colonizador do governo, uma nova mentalidade foi aos poucos se impondo no ordenamento da vida social, econômica e do trabalho. Processo esse marcado pela negociação, integração e, sobretudo, pelo conflito entre os diferentes grupos étnicos envolvidos.

Mas, como se disse, tais mudanças não se fizeram sentir do dia para a noite. Se, por um lado, um dos cronistas da “bandeira” Konder, em 1929, podia registrar os “progressos” de “civilização” de alguns núcleos coloniais erigidos pelos imigrantes, por outro, anotava que aquela região constituía-se ainda num local de “populações brasílicas que se estavam desnacionalizando, pelo abandono completo em que viviam, sem a mínima ligação com a nossa pátria e totalmente alheadas da comunhão nacional”.⁵⁵

⁵⁵ COSTA, Arthur F. O Oeste Catharinense: visões e sugestões de um excursionista. In: CENTRO de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM). **A viagem de 1929**, op. cit. p.23.

Mapa 1 - Província do Paraná – 1868



Mapa 2 - Província de Santa Catarina - 1868



Fonte: “Atlas do Império do Brasil compreendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiásticas, eleitoral e judiciárias dedicado a Sua Magestade o Imperador D. Pedro II..”, organizado por Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro, 1868. In: **Recenseamento Geral do Império de 1872**. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1876. Disponível em CD-ROM editado pelo CEBRAP.

Artigo enviado em fevereiro de 2010; aprovado em novembro de 2010.